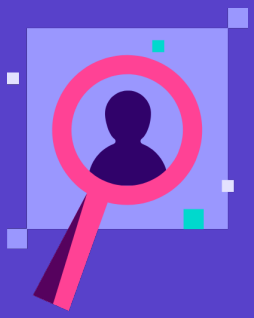
# Agenda

Para possibilitar uma transformação digital impulsionada por políticas públicas, deve-se considerar uma agenda que parta do princípio de que o governo deve servir ao usuário – ao cidadão, negócios e agências. Toda interação com governo tem que acontecer de forma rápida e efetiva, pelos canais mais convenientes para quem os utiliza. A regra a ser estabelecida é que o governo vai até o usuário, e não o inverso.

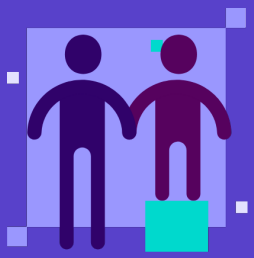
Esta agenda foi criada como resultado do evento GovTech Brasil 2018.

## 1. Foco no cidadão



Toda plataforma tecnológica deve servir, em primeiro lugar, ao cidadão. Não há transformação digital possível sem que tenhamos em conta essa premissa fundamental. Atingir essa mudança de paradigma é possível. Através da tecnologia da qual já dispomos, podemos estabelecer canais de comunicação intuitivos e desburocratizados que funcionem como pontes entre o governo e a população, de forma automatizada e com menos ônus a todos os envolvidos. A chave é a empatia: gestores públicos precisam colocar-se no lugar das pessoas, compreendendo suas necessidades e buscando a universalização dos serviços digitais, eliminando ao máximo a burocracia através da modificação da lógica por trás do processos.

## 2. Equidade



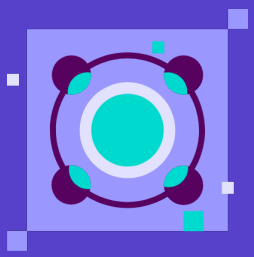
Não basta construir serviços digitais em torno do cidadão se este não possuir à internet. Se o governo pretende atender a sociedade de forma digital, 100% da população deve ter acesso a internet. Sem equidade, a transformação digital é inviável. O foco é deve ser a diminuição das diferenças sócio econômicas, e não sua reprodução no ambiente digital. Em um país com 29% de analfabetos funcionais, a tecnologia é uma ferramenta indispensável para mitigar desigualdades, mas seu acesso precisa ser ampliado com urgência. Iniciativas que garantam o acesso universal à rede e à educação digital são imprescindíveis. Entre elas, estão o investimento governamental para disponibilizar à sociedade preços menores e velocidades maiores, ampliando o alcance de sua política digital, e o entendimento de

crianças, idosos, residentes rurais e pessoas debaixa renda como públicos estratégicos da política de universalização ao acesso.

## 3. Dados estruturados para serviços unificados

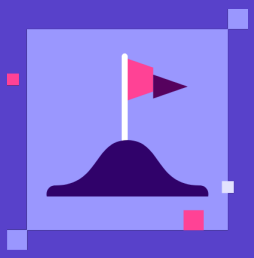
Na era digital, dados são considerados “o novo petróleo”. Um ativo de valor quase inestimável. Se bem utilizados, permitem uma compreensão mais clara da realidade e promoção de melhorias com maior agilidade e responsividade por parte dos governos. Mas se os dados não estiverem sistematizados, interligados e em formato aberto, é impossível analisá-los para gerar conhecimento. No Brasil, dados são uma verdadeira mina de informações desintegradas – muito menos valiosas do que poderiam ser. Em uma arquitetura de dados ideal, deve-se buscar uma estrutura de interação entre as bases, tanto na esfera pública quanto na esfera privada, respeitando o uso de dados abertos para o compartilhamento seguro e colocando o cidadão como o principal gerenciador das suas informações. Isso otimiza os esforços do governo e também da sociedade, desde que as iniciativas estejam acopladas à políticas de transparência e privacidade, garantindo a segurança do usuário.

## 4. Ecossistema favorável



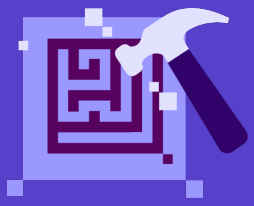
Sozinho, o governo não será capaz de implementar a transformação digital, e nem mesmo de digitalizar-se a si próprio. É preciso que todos participem da identificação dos problemas e da proposição de soluções. Os quatro principais atores presentes no ecossistema de inovação e tecnologia – privado, público, acadêmico e terceiro setor – devem atuar em conjunto, de acordo com suas respectivas responsabilidades: O setor público, responsável pelo financiamento, pela visão do que se almeja construir e pelas leis, deve agir como um habilitador do ecossistema. O setor privado – investidores, empreendedores e startups – deve atuar em consonância com o público e com as universidades, responsáveis pela formação de novos talentos e pela produção e difusão do conhecimento. Também é preciso que reconheçamos o terceiro setor como propositor e vigilante de políticas públicas. A inovação é resultado de vários fatores como investimento, livre concorrência, capacidade técnica, mercado e mudança de cultura. A velocidade da transformação digital depende fundamentalmente da sinergia entre todos os setores nela interessados.

## 5. Liderança e governança do processo de transformação



A liderança tem um papel fundamental no que se refere à visão de longo prazo, enquanto a governança determina a capacidade de concretizar tal visão. Do ponto de vista tecnológico, a transformação digital de um país pode ser feita em apenas alguns meses. Já do ponto de vista político, pode levar anos de articulação. Isso ocorre por conta da descontinuidade dos projetos, ocasionada pelas transições governamentais. Por isso é necessário que se criem agendas claras, que determinem as atribuições de cada agente, e que possamos garantir que funcionários públicos sintam-se empoderados, e não ameaçados pelas mudanças. Além disso, o diálogo entre todas as partes é fundamental, e deve ser conduzido por lideranças fortes, comprometidas com a continuidade de políticas públicas, idependente da alternância de poder.

## 6. Combate à burocracia



Digitalizar serviços governamentais não é transferir processos burocráticos físicos para o ambiente virtual. Ao contrário, um governo digital deve ter como marca o uso da tecnologia no combate à burocracia. Tecnologias agilizam procedimentos, eliminam processos, facilitam transações fomentam a competitividade e estimulam o desenvolvimento do país. No Brasil, o tempo perdido com burocracia custa mais do que impostos. Evitar a complexidade desnecessária e a repetição de esforços, reduzindo ou eliminando os trâmites burocráticos é fundamental para que a implementação da transformação digital vá além de digitalizar complicações e possa de fato colaborar para o desenvolvimento nacional.

## 7. Educação para a era tecnológica

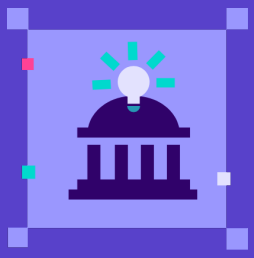
Um país digital depende de uma educação que proporcione às crianças e jovens os conhecimentos e habilidades necessárias para que possam fazer parte de uma sociedade informatizada e plural. As tecnologias podem auxiliar no desenvolvimento de diversas competências e valores necessários para os líderes do futuro. Porém, nossa realidade ainda é distante do ideal: enfrentamos uma crise de aprendizagem no Brasil: no final do ensino médio, só 7% dos alunos sabem matemática no nível esperado (SAEB/Prova Brasil 2015), e 27,% evadiram da escola (Políticas públicas para a redução do abandono e evasão escolar,

2017). Este é um sinal de que nossa educação não atende às necessidades e expectativas dos jovens de hoje. É preciso que despertemos para a necessidade de inserir em nosso modelo de ensino atividades e disciplinas que desenvolvam a criatividade, o pensamento crítico, o raciocínio lógico e linguagens de programação. Somente formando cidadãos preparados para os desafios da era da informação poderemos de fato caminhar na direção de um futuro onde pessoas e tecnologia estabeleçam uma relação proveitosa para toda a sociedade.

## 8. Regulação

Digitalizar o governo depende fundamentalmente de um ambiente regulatório que ofereça a segurança jurídica para o desenvolvimento contínuo do ecossistema. A revisão de leis e instrumentos jurídicos que representem entraves para a inovação devem passar por atenta revisão, a fim de que as as regras do jogo permitam que os agentes de transformação possam fomentar a inovação em todas as frentes. Para tanto, é preciso criar condições para regulamentar e proteger gestores que inovam, sem jamais perder de vista a responsabilização pelo mau uso de recursos e o papel dos órgãos de controle na garantia da segurança jurídica, da transparência e da responsabilidade.

## 9. Mente inovadora nos governos



A transformação é necessária ao capital humano dos governos. A agenda digital do país só será cumprida através da capacitação e desenvolvimento daqueles que exercem o poder, em todas as esferas. A tecnologia evolui em velocidade exponencial, o que significa que nosso contexto está mudando sempre, e cada vez mais rápido. Por isso líderes precisam estar preparados para trabalhar em um ambiente de incertezas. É preciso promover os valores, estruturas e comportamentos que permitam flexibilidade para o governo se reinventar constantemente, desenvolvendo atributos como tolerância ao risco, segurança para testar, capacidade de colaboração, transparência, velocidade, protagonismo e abertura ao novo. Trata-se, portanto, de uma mudança cultural, indispensável para tornar a transformação digital uma realidade.